

Sem lei, a IA dita o ritmo das eleições



» MARCELO SENISE
Sociólogo e presidente do Instituto Brasileiro para a Regulamentação da Inteligência Artificial (Iria)

A cúpula sobre inteligência artificial (IA) em Nova Délhi é celebrada como marco de cooperação internacional. Vale pelo gesto e pela convergência em princípios. Para o Brasil, porém, a vitrine mundial escancara um incômodo doméstico: às vésperas do ciclo eleitoral, seguimos sem um alicerce legal mínimo para conter manipulação digital em escala. O Congresso acumula audiências, rascunhos e boas intenções, mas não aprova o básico. O Executivo troca metas, orçamento e cronograma por retórica elegante. Princípios soam bem em comunicado; eleições se defendem com regra publicada, capacidade instalada e execução.

A Justiça Eleitoral, competente e dedicada, opera no varejo das crises. Resoluções e decisões monocráticas mitigam danos imediatos, mas não alcançam o ritmo industrial de desinformação, personalização e automação. No vácuo normativo, a aplicação vira casuísmo, dependente de interpretações urgentes e desiguais. Democracias precisam de previsibilidade: o que é lícito, o que é abuso, quem responde, em quanto tempo, com quais provas.

A sociedade civil tenta preencher parte desse vazio. O Instituto Brasileiro para a Regulamentação da IA (Iria) percorre gabinetes, contribui com notas técnicas, simula cenários, constrói pontes com plataformas e alerta, há três anos, para a ja-

nela de risco. Não basta. Falhamos em sensibili-
zar o Estado na medida e no tempo necessários. É duro admitir, mas é honesto: fazemos parte do fracasso coletivo. Reconhecer não diminui o esforço; torna-o mais útil. Humildade, aqui, é recalibrar táticas, sair do conforto da denúncia performatica e apostar em propostas executáveis, mensuráveis e politicamente viáveis.

Enquanto discutimos o passado, a frente mais aguda do problema avança quase invisível. Fala-se muito em vídeos falsos; fala-se pouco em IA preditiva. O que desestabiliza eleições não é apenas fabricar conteúdo, mas acoplar dados, modelos e distribuição para antecipar hesitações individuais, testar centenas de versões, aprender em tempo real o que captura atenção e entregar o estímulo certo, para a pessoa certa, no minuto certo. Algoritmos “bandit” e otimização contínua transformam campanhas baratas em máquinas de persuasão granular, com microdirecionamento por bairro, turno de trabalho, clima, humores coletivos inferidos. Muito desse fluxo é efêmero, segmentado e inalcançável a olho nu. Quando a Justiça identifica a primeira peça abusiva, o ciclo já rodou milhares de iterações.

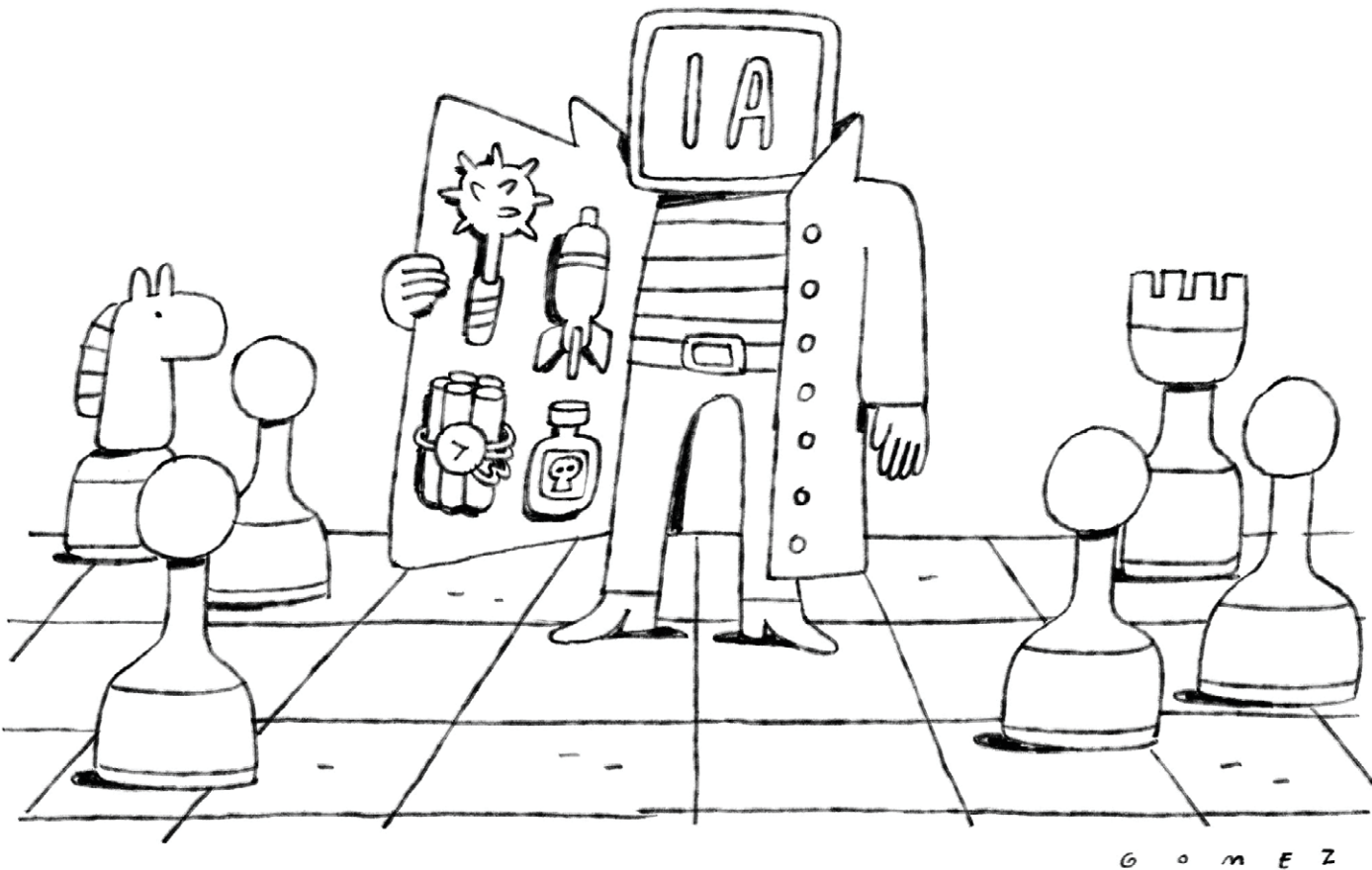
O dano nasce do circuito fechado: previsão, teste, ajuste, redistribuição. É aí que a igualdade de condições se perde e a verdade, que depende de apuração, também perde a vantagem do tempo. A conversa pública cede a um sussurro privado e mutante, que contorna checagens e contraditório. Sem trilhas de auditoria, bibliotecas públicas de anúncios, identificação verificável de conteúdo sintético, limites claros ao microdirecionamento político e preservação de evidências, a assimetria vira regra. Não se trata de demonizar tecnologia, mas de impedir que opere sem contrapostos num ambiente que exige fairness.

O encontro em Nova Délhi, com presença brasileira, rende falas inspiradas sobre direitos, inclusão e inovação responsável. Importam como norte diplomático, não como escudo eleitoral. Discursos não substituem obrigações verificáveis, nem acordos de cooperação entre TSE, Ministério Público e agências setoriais, com equipes treinadas, canais dedicados e prazos fatais. Transparência auditável, rotulagem robusta, rastreabilidade de segmentação, guarda de logs e sanções proporcionais não são caprichos; são o feijão com arroz das democracias digitais. Redações maduras já circulam no Congresso. Falta votar. Falta implementar.

Há um caminho imediato e realista. Em vez da lei perfeita que nunca chega, aprovemos um núcleo duro e evolutivo: definir conteúdo manipulado e práticas abusivas; estabelecer deveres operacionais para plataformas e campanhas; assegurar devido processo e resguardar a liberdade de expressão. O restante pode vir por regulamentação infralegal, desde que haja coordenação e avaliação contínua.

Ao Executivo, cabe transformar promessas em contratos, tecnologia e gente. A Justiça Eleitoral, coordenar com antecedência, com dados e transparência. À sociedade civil, o Iria incluído, sustentar o incômodo, abrir mão do ineditismo, somar forças e traduzir urgência em viabilidade política.

A foto bonita não protege a urna. Protegem-na a norma clara, a fiscalização presente e a tecnologia a serviço do eleitor — e não contra ele. Se nada andar agora, aceitaremos disputar a vontade popular num tabuleiro inclinado, onde vence não o melhor argumento, mas quem dominar a máquina de previsão e persuasão. Ainda dá tempo de mitigar. Mas o tempo, aqui, não é aliado; é juiz.



Em 2026, os avanços científicos dependem de estratégia, confiança e política pública



» DIMAS T. COVAS
Professor e cientista

O ano de 2026 começou com sinais animadores para a saúde pública no Brasil. Em um cenário global de desinformação e retrocessos em programas de vacinação, a experiência brasileira trouxe novidades que reforçam uma ideia simples: a inovação só se viabiliza por meio de parcerias com a iniciativa privada e políticas públicas capazes de sustentar processos de longo prazo.

Uma das conquistas teve início ainda em 2025: a aprovação de um novo ciclo de Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDPs), retomando uma estratégia que articula política industrial, regulação e compras públicas. As PDPs recolocam o Complexo Econômico-Industrial da Saúde no centro da agenda de soberania, inovação e segurança sanitária. Em um mundo atravessado por disputas tecnológicas e rupturas em cadeias globais de suprimento, depender de importações para tecnologias críticas é risco sanitário.

Um exemplo emblemático dessa sintonia é o arranjo envolvendo o Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar), em cooperação com a Sinovac, e a parceria com a Eurofarma para a produção da vacina contra a varicela, além da cooperação com o Tecpar para a produção da vacina contra a raiva humana, ambas destinadas ao SUS por meio de transferência de tecnologia. O valor desse desenho não no método: transformar capacidade pública instalada em produção sustentada, com

governança industrial e compromisso de entrega, reduzindo vulnerabilidades históricas do sistema.

No caso da raiva humana, o ponto é ainda mais sensível. Trata-se de um imunizante estratégico que, ao depender integralmente do exterior, fica exposto a estresses logísticos, variações de oferta e turbulências internacionais. O caminho de fabricação local representa mudança de patamar: sair da dependência total e construir uma trajetória de domínio tecnológico e autonomia produtiva.

Outra frente decisiva está no reposicionamento da estratégia de expansão produtiva e tecnológica, com iniciativas e parcerias voltadas a ampliar a capacidade nacional. Na mesma lógica, merece destaque o esforço para viabilizar a retomada da produção nacional da BCG, uma vacina histórica que lembra como o país precisa cuidar do “básico” com a mesma seriedade com que persegue as fronteiras tecnológicas.

Logo nos primeiros dias do ano, o noticiário destacou outro fato a se comemorar, o programa piloto de vacinação contra a dengue, com um imunizante de tecnologia nacional, de dose única. A relevância desse passo vai além do simbolismo. Quando uma doença de grande carga para o SUS passa a contar com solução concebida e produzida no país, ganham a previsibilidade e a capacidade de resposta do sistema.

No plano internacional, a aprovação do Acordo de Pandemias da Organização Mundial da Saúde (OMS) representou um avanço institucional relevante, ao propor mecanismos permanentes de coordenação, transparência e acesso equitativo a vacinas, diagnósticos e tratamentos. Ainda assim, 2025 mostrou que acordos multilaterais não se sustentam apenas no papel: a operacionalização, especialmente no compartilhamento de patógenos, dados e benefícios, seguirá

sendo o verdadeiro teste de maturidade do sistema global de saúde.

Mas o ano que passou também expôs um incômodo: avanços podem conviver com retrocessos profundos. O enfraquecimento dos programas de vacinação nos Estados Unidos é exemplo emblemático, não por falta de capacidade científica, mas por erosão institucional, fragmentação política e perda de confiança pública. Trata-se de um alerta sobre o que acontece quando a vacinação deixa de ser política de Estado e vira disputa ideológica ou entre narrativas desinformadas.

2025 reforçou ainda lições conhecidas, mas muitas vezes negligenciadas: a febre amarela voltou a demandar atenção; a Mpox saiu do status de emergência, mas não desapareceu; e a influenza aviária permaneceu como ameaça latente, exigindo vigilância integrada entre saúde humana, animal e ambiental. A vigilância epidemiológica não pode ser episódica; precisa ser permanente.

Na fronteira tecnológica, o ano consolidou a entrada das terapias avançadas — celulares e gênicas. O desafio deixou de ser provar eficácia e passou a ser garantir escala, sustentabilidade financeira e acesso equitativo. Ao mesmo tempo, avanços na prevenção do HIV com medicamentos de longa duração mostraram como a inovação pode reduzir desigualdades quando considera o mundo real.

Por fim, a resistência antimicrobiana seguiu avançando silenciosamente, lembrando que parte das maiores ameaças à saúde global não vem de novas doenças, mas do desgaste progressivo das ferramentas que já temos. Onde houve estratégia e compromisso público — como no fortalecimento da capacidade produtiva em saúde — os avanços se sustentaram; onde faltaram coesão e liderança, até sistemas maduros mostraram fragilidade.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Os demônios

Há épocas em que o crime precisa se esconder, e há épocas mais estranhas em que ele se acomoda, aprende a falar baixo, veste-se de normalidade e passa a circular como se fosse parte do mobiliário institucional. Dostoiévski, que conhecia os subterrâneos da alma e desconfiava das ideias que prometem redenção total, talvez dissesse que o verdadeiro perigo não está no escândalo, mas no costume; não no choque inicial, mas na repetição que anestesias.

Em *Os demônios*, não são apenas homens que agem, mas forças, febres, possessões morais que transformam convicções em licença; e licença, em método. Tudo começa, quase sempre, com uma pequena concessão interior, uma dobra discreta na consciência, um acordo silencioso entre o que se sabe e o que se tolera. Depois, o resto vem com a naturalidade de um procedimento administrativo, como se a gravidade moral fosse apenas um detalhe contornável.

Sociedades inteiras podem ser educadas para essa tolerância. Não por maldade explícita, mas por repetição. Certos símbolos retornam como se fossem parte de uma liturgia não declarada, volumes que viajam sem perguntas, brilhos metálicos que desaparecem sem espanto duradouro, cifras que se tornam mais reais do que pessoas. Dinheiro, nesse cenário, não é apenas moeda, é gramática, senha, salvo-conduto moral, um idioma paralelo falado com fluência.

Impunidade, quando se instala como horizonte permanente, produz um efeito mais profundo do que o prejuízo material. Produz dessensibilização. Produz a sensação de que o mundo é maleável, de que limites existem apenas para os distraídos, de que a lei pode ser matéria interpretável, uma espécie de tecido elástico que se ajusta conforme a conveniência de quem o veste.

Dostoiévski perceberia, com desconforto, que a tragédia não reside apenas no ato, mas na serenidade.

A ciência moderna fala de traços sombrios, de personalidades que operam com baixa empatia e alta capacidade de instrumentalizar o outro. Pesquisas em psicologia social descrevem como o poder tende a reduzir a escuta, a percepção do sofrimento alheio, a capacidade de reconhecer o outro como fim e não como meio. Não se trata, necessariamente, de monstros clínicos, mas de ambientes que recompensam precisamente a frieza, promovendo a ausência de remorso como pragmatismo e a manipulação como inteligência estratégica.

Política, quando perde o vínculo com a ideia de serviço, transforma-se em mercado. Nesse mercado, o público vira mercadoria, a palavra vira instrumento, a moral vira ornamento. Dostoiévski desconfiava das utopias porque sabia que o sonho abstrato costuma exigir sacrifícios concretos. Aqui, porém, o sacrifício não se dá em nome de um futuro luminoso, mas em nome de uma aritmética imediata, cifras que substituem princípios, cálculos que substituem consciências.

Normalização do inaceitável é sempre um processo lento. Primeiro, o escândalo. Depois, a ironia. Em seguida, o cansaço. Por fim, a aceitação resignada. O demônio, nesses casos, não aparece com chifres, aparece com carimbos. Não grita, assina. Não ameaça, explica. Não confessa, justifica. E a sociedade, exausta, aprende a conviver com o inominável como quem convive com um ruído de fundo.

Subsolo moral, para Dostoiévski, era o lugar onde a alma se debate quando percebe que perdeu o próprio eixo. *Memórias do subsolo* não é apenas um livro sobre um homem ressentido, é um aviso sobre a corrosão interior que ocorre quando a racionalização substitui a verdade. Tudo pode ser explicado, tudo pode ser relativizado, tudo pode ser interpretado, até que a própria ideia de limite se dissolva.

Liberdade, nessas circunstâncias, não desaparece de modo dramático. Ela vai sendo colocada, pouco a pouco, numa gaiola decorada. Mantém-se a aparência, preserva-se o discurso, repete-se a liturgia democrática, mas restringe-se o espaço interior onde a consciência poderia respirar. Dostoiévski sabia que a servidão mais eficiente é aquela que se apresenta como normalidade, aquela que não precisa de violência ostensiva porque já encontrou abrigo no hábito.

Inferno, em sua obra, não é um lugar de fogo espetacular, mas um estado em que a dúvida moral se extingue. Tudo é permitido, não porque se tenha declarado guerra à ética, mas porque se perdeu o hábito de perguntar. Quando a alma já não discerne, quando a sociedade já não se espanta, quando o escândalo vira rotina e a rotina vira paisagem, então os demônios já não precisam agir, basta que permaneçam.

Resta, talvez, a pergunta que atravessa todos os seus romances, como um fio subterrâneo. O que acontece com um país quando a consciência se torna incômoda, quando o remorso é tratado como fraqueza, quando a lei se dobra, quando o cifrão se converte em absolvição silenciosa. Dostoiévski não ofereceria respostas fáceis. Apenas lembraria, com sua crueldade lúcida, que o colapso raramente começa nas instituições, começa no interior, no momento em que uma sociedade inteira aprende a viver e se inquietar.

» A frase que foi pronunciada

“A riqueza é uma escravidão pessoal.”

Liev Tolstói

» História de Brasília

Todos os outros depoimentos foram sigilosos e, agora, a gente fica sabendo que, quando o deputado foi depor, a arrogância das inquirições foi aos poucos se transformando, até chegar a um ponto de sorrisos sem perguntas. (Publicada em 15/2/1963)